



Protegemos o futuro, valorizando no presente.

Av. da República, 62-F, 5º
1050-197 LISBOA
Tel: 21 780 80 60

Email: embopar@embopar.pt
www.embopar.pt

BOLETIM INFORMATIVO Nº 73

Março de 2017

Notícias

Concorrência no SIGRE - Secretário de Estado não acredita que seja benéfica para Portugal

No passado dia 19 de Abril, o Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, responsável pela pasta do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens - SIGRE, afirmou que continua descrente em relação aos eventuais benefícios que poderiam advir da existência de mais do que uma entidade a

gerir os resíduos de embalagens em Portugal.

As revelações foram feitas na abertura do 11º Fórum Nacional de Resíduos que decorreu nos dias 19 e 20 de Abril em Lisboa.

Concretamente, estava a referir-se ao facto de em Portugal existirem factores condicionantes que não proporcionam um verdadeiro clima de concorrência no sector e à tendência que cada entidade gestora

terá para cumprir apenas o mínimo exigido em termos de retomas de embalagens, o que, decisivamente, não constituirá um contributo para aumentar os valores de reciclagem do país.

Carlos Martins deposita grandes expectativas na nova GAGER

Na realidade, apesar de, legalmente, já se ter iniciado, ainda não se encontram reunidas as condições para que o “novo” SIGRE possa funcionar devidamente, pois subsistem problemas com a alocação e compensação das quantidades retomadas por cada entidade gestora, com o símbolo da nova entidade e com os ecovalores que também se encontram por publicar.

Razão pela qual o Secretário de Estado deposita elevadas expectativas na nova GAGER (Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos) que, entre outras funções, tem precisamente como missão desenvolver e assegurar os mecanismos de alocação e compensação entre entidades gestoras dos vários fluxos específicos de resíduos.

Contudo, de acordo com a apresentação efectuada no Fórum pelo Presidente da CAGER, a reunião de lançamento da Comissão terá lugar no final de Abril e espera-se que a primeira reunião do Conselho consultivo apenas ocorra até meados de Julho. Posteriormente, haverá uma segunda reunião até ao final do ano.

Convém salientar que a CAGER é constituída por um Presidente e um Conselho consultivo composto por cerca de 40 entidades.

Entretanto, o SIGRE, com todos os seus problemas, continua a funcionar graças ao

empenho e à boa vontade da Sociedade Ponto Verde (SPV).

Problemas operacionais denunciados pela EGF

Também no mesmo Fórum, a Directora do Dept. de Eng. da EGF (parceira da SPV e responsável pela recolha e triagem de cerca de 60% dos Resíduos do país) teve a oportunidade de alertar para as incongruências operacionais do SIGRE, em particular no que diz respeito ao processamento das retomas de resíduos de embalagens.

De facto, os SGRU depararam-se a 1 de Janeiro deste ano com um vazio operacional em termos de quotas de mercado, mecanismos de alocação e compensação, procedimentos de retoma e especificações técnicas.

A representante da EGF destacou ainda o importante papel desempenhado já há largos anos pela plataforma de registo de retomas da SPV e questionou sobre o que irá acontecer com as quantidades da outra entidade gestora, já que a Novo Verde, aparentemente, não tem qualquer tipo de plataforma a funcionar.

NOVO VERDE só quer 5% do mercado

Ricardo Neto, o Presidente da Novo Verde, teve a oportunidade de esclarecer o auditório do Fórum que aquela sociedade tinha avançado com o pedido de licenciamento porque os seus accionistas não se reviam no SIGRE gerido pela SPV.

Adiantou ainda que, numa primeira fase, a entidade não pretende ir além de uma quota de mercado de 5%, o que, de certa forma poderá estar a deixar algum sabor amargo na Tutela, atendendo a todos os

custos, alocação de recursos e esforços despendidos ao longo de seis anos!

Tutela também está preocupada com os “Free Riders”

Uma das consequências da existência de mais do que uma entidade gestora a operar em território nacional é o aumento do denominado fenómeno de “free Riders”, isto é, empresas que não aderem às entidades gestoras licenciadas e, por isso, não cumprem com as suas responsabilidades legais e não contribuem financeiramente para o sistema.

De facto, a nova Licença obrigou a SPV a celebrar novos contratos com os embaladores de forma a permitir a existência de mercado para a entidade gestora “entrante”.

No final de 2016 a SPV detinha mais de 10 mil contratos com empresas embaladoras. Tendo em consideração os contratos celebrados em 2017, neste momento estima-se que existam mais de 5 mil empresas que ainda não aderiram a qualquer uma das entidades gestoras.

Curiosamente, a Tutela avançou com uma previsão de 15 a 20% de “free riders” em Portugal. Resta saber se esta percentagem é em número de empresas ou em quantidade de embalagens!

TGR vai ser actualizada

Também no mesmo Fórum, Carlos Martins mostrou-se optimista em relação ao cumprimento das metas nacionais e anunciou que a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) irá ser revisitada de forma a que a hierarquia da gestão de resíduos seja respeitada, penalizando um pouco mais a deposição de resíduos em aterro.

O Secretário de Estado do Ambiente, defendeu ainda que o grande desafio que o sector dos resíduos enfrenta é o da “cidadania, o de conseguir mobilizar os portugueses” para a necessidade de separação, mais do que uma questão relacionada com as infraestruturas ou política de gestão.

SPV estabelece conversações com a Tutela com vista a corrigir ineficiências da nova Licença

No dia 4 de Abril realizou-se a continuação da Assembleia Geral da SPV de 12 de Janeiro, tendo sido aprovados os dois pontos que tinham ficado suspensos:

- que a SPV se abstenha, por ora, de encetar quaisquer diligências com vista a opor-se formalmente a tais deficiências, imperfeições e ineficiências; e
- que, em Assembleia Geral da Sociedade a realizar em Julho de 2017, na qual o Conselho de Administração reportará os resultados e/ou evoluções decorrentes das referidas conversações, será tomada uma deliberação quanto à referida licença, ao abrigo da qual o Governo pretende que a SPV exerça a sua actividade.

Quanto ao primeiro ponto, que já tinha sido aprovado por unanimidade na reunião de 12 de Janeiro, em que se resolvera “mandatar o Conselho de Administração da SPV para que, junto dos stakeholders políticos mais relevantes, inicie um processo de conversações com o objectivo de vir a corrigir as principais deficiências, imperfeições e ineficiências de que a licença enferma”, a SPV principiou os trabalhos com as tutelas, continuando a SPV e a Embopar a pugnar por alcançar aquele desiderato.

Além da abordagem às secretarias de Estado do Ambiente e Economia, estão previstos encontros com o assessor do

Primeiro Ministro, com a Associação Nacional de Municípios e vários grupos parlamentares.

Das conversas realizadas com o Secretário de Estado do Ambiente, já existe um comprometimento de início de trabalhos relativamente a duas das três questões fulcrais:

- Transparência do modelo de cálculo das contrapartidas financeiras;
- Não incremento de custos fixados por imposição (Marketing/Comunicação/I&D);
- Redução de custos de contexto pelo excesso de carga administrativa.

Parlamento Europeu aprovou proposta de revisão da Directiva Embalagens

Na sessão plenária realizada no passado dia 14 de Março, o Parlamento Europeu aprovou as emendas às propostas de Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho que alteram:

- a Directiva 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens (COM(2015)0596 – C8-0385/2015 – 2015/0276(COD))
- a Directiva 2008/98/CE relativa aos resíduos (COM(2015)0595 – C8-0382/2015 – 2015/0275(COD))
- Directiva 1999/31/CE relativa à deposição de resíduos em aterros (COM(2015)0594 – C8-0384/2015 – 2015/0274(COD))

Todos estes documentos encontram-se disponíveis para “download” no site da Embopar.

Regra geral, o Parlamento manteve as alterações da sua Comissão de Ambiente, que tornou mais ambiciosas as metas de reciclagem e de deposição de resíduos em aterro, relativamente à proposta da Comissão.

No que diz respeito aos resíduos urbanos, em 2030, pelo menos 70% terão de ser reciclados ou preparados para reutilização, sendo agora 5% o limite máximo para a deposição em aterro.

Quanto aos resíduos de embalagens a fasquia global agrava-se para 80% e as metas parciais do vidro, aço e alumínio sobem para 90%.

O desperdício alimentar deve ser reduzido em 30% até 2025 e em 50% até 2030, tendo como referência os quantitativos de 2014.

Quanto à reutilização, o Parlamento pretende introduzir uma meta de 5% até 2025 e 10% até 2030.

O processo legislativo encontra-se em fase de primeira leitura e será submetido a co-decisão com o Conselho e a Comissão Europeia.

EUROPEN e Industria europeia aconselham cautela aos legisladores

Na sequência das propostas do Parlamento Europeu para o pacote da Economia Circular, a Europen, conjuntamente com mais 35 entidades europeias dos mais variados sectores que abrangem embaladores, distribuidores, entidades gestoras, produtores de embalagens e de material de embalagem, aconselham os legisladores europeus a:

- Manter o mercado interno da União Europeia como a única base jurídica da Directiva Embalagens, de forma a assegurar a livre circulação de embalagens e produtos embalados;
- Assegurar a responsabilidade alargada do produtor (e não responsabilidade ilimitada) para os resíduos de embalagens, determinando-se de uma forma clara as suas responsabilidades e respectivos custos;

-Desenvolver uma metodologia harmonizada de cálculo para a União Europeia, com definições claras e dados credíveis, antes de se estabelecerem objectivos quantitativos para as embalagens reutilizáveis;

-Estabelecer metas de reciclagem de embalagens que sejam realistas e alcançáveis, com definições europeias claras e harmonizadas e um método de cálculo eficaz.

Economia circular vai receber 700 milhões de euros

Segundo o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, Paulo Ferreira, os fundos nacionais e europeus disponíveis para apoiar as empresas nas áreas da inovação e economia circular ascendem a 700 milhões de euros.

Só o Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (FITEC), alimentado por verbas do Ministério da Economia e Ambiente, vai ser dotado em 2017 com 44 milhões de euros e será reforçado até 2022 com um montante de 200 milhões de euros.

De acordo com o governante, "Este fundo irá criar oportunidades para que as nossas micro, pequenas e médias empresas tenham incentivos e encontrem financiamento para assegurar essa transição de paradigma da economia linear para a economia circular".

Adicionalmente, os fundos europeus estão a ser canalizados prioritariamente para áreas ligadas à eficiência energética, economia circular e digitalização, prevendo-se que até 2022 sejam encaminhados 700 milhões de euros para estas actividades.

"FLUXOS" defende mais fiscalização do Estado

A Fluxos – Associação das Entidades Gestoras de Resíduos, criada em 2016 com o propósito de discutir problemas relacionados com as entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, defende um papel de fiscalização mais interventivo por parte da Tutela junto das empresas que colocam os produtos no mercado e fogem da adesão a um sistema integrado - os denominados "free riders".

Segundo o presidente da Fluxos, Ricardo Furtado, "O absentismo é uma das nossas maiores preocupações porque há empresas que não declaram as quantidades de produtos colocados no mercado e isso tem sido deixado às entidades gestoras. Só que o trabalho que tem vindo a ser feito não é suficiente. O Estado pode ter um papel de fiscalização muito importante".

No âmbito do Unilex, que está a ser preparado pelo Governo e deverá ver a luz do dia até Junho, a Fluxos pretende que as declarações dos produtores sejam controladas pelas entidades gestoras e não por uma plataforma gerida pelo Governo. "As Entidades Gestoras facturam de acordo com estas declarações e se o controlo é feito por outra entidade dificulta todo o processo e inclusive a sobrevivências das entidades gestoras", explicou.

Outra das preocupações da Fluxos é que as entidades gestoras possam ter mais liberdade no estabelecimento dos ecovalores. "A situação já melhorou relativamente às primeiras licenças das entidades gestoras, mas podíamos ir mais longe. O papel do Estado devia ser apenas o de garantir o funcionamento correcto das entidades gestoras e não o de

balizar as contrapartidas financeiras”, observou o responsável.

A Fluxos, que iniciou os seus trabalhos este ano, está a colaborar com a Secretaria de Estado do Ambiente no sentido de integrar algumas destas questões nas novas licenças das entidades gestoras que ainda não foram emitidas e contribuir para o novo sistema Unilex.

Viana do Castelo vai instalar PAYT na sua zona urbana

Segundo o jornal Água&Ambiente, o município de Viana do Castelo vai implementar um sistema de gestão de resíduos PAYT - Pay as You Throw para bioresíduos em toda a zona urbana. O objectivo é desanexar a taxa dos resíduos da factura da água até 2020.

O projecto prevê equipar cada habitação com um contentor só para bioresíduos com capacidade de 7 a 10 litros. Ao todo serão distribuídos no início do próximo ano cerca de 22 mil contentores castanhos.

Ainda este ano, no último trimestre, a população abrangida será alvo de uma campanha de informação e sensibilização sobre o projecto. Na rua será ainda instalada uma rede primária de 480 contentores (de 2200 litros) de descarga colectiva.

Ao receber o seu contentor, o munícipe fica automaticamente registado num sistema de informação.

O dispositivo existente no contentor doméstico tem a informação do seu utilizador e apenas este permitirá accionar a abertura do contentor colectivo correspondente, quando se encontrar a 50

centímetros de distância do contentor colectivo.

A cada utilizador ficará associado não a quantidade de bioresíduos colocados, mas o número de vezes de utilização do contentor colectivo. Segundo o chefe da divisão de resíduos dos serviços municipalizados, “Como a recolha individual é muito cara, optámos pela solução colectiva. Se os custos têm de ser reflectidos nos produtores de resíduos, não é justo implementarmos um sistema (individual) que à partida poderia ser mais justo, mas que é substancialmente mais caro”.

Os bioresíduos serão recolhidos por duas viaturas que registam a quantidade global de resíduos recolhidos. “Nos veículos já é possível perceber se foram colocados, por exemplo, outro tipo de resíduos e poderemos chegar mais facilmente aos utilizadores que o fizeram”, sublinha.

Os quantitativos globais serão divididos proporcionalmente pelos utilizadores e o seu número de utilizações, de modo a que o valor global possa ser reflectido na actual taxa de resíduos paga na factura da água.

Para complementar esta acção da zona urbana, ainda este ano será lançada outra acção para a zona rural, com a distribuição de unidades de compostagem, kit de apoio e formação adequada. Cerca de 50% dos fogos rurais serão abrangidos.

O projecto, orçado em 5,3 milhões de euros financiados em 80% pelo POSEUR, arranca este ano e prolonga-se até final de 2019. O objectivo é ajudar o sistema Resulima a cumprir a meta de reciclagem a que está sujeita (45,5 kg/hab.) e que o município de Viana do Castelo já supera actualmente (55,5 kg/hab).

Fundação Luso recebe selo ambiental da Quercus

A Fundação Luso recebeu o selo ambiental “Reflorestação do Bussaco” criado pela Quercus, com o objectivo de assinalar a parceria, estabelecida entre as duas entidades em 2013, que permitiu plantar e manter cerca de 30.000 árvores e arbustos autóctones. O selo poderá ser utilizado nas plataformas de comunicação da marca ÁGUA DE LUSO.

A apresentação do selo ambiental “Reflorestação do Bussaco” surge no âmbito da convergência das missões das duas entidades que se unem num pilar comum: a conservação do ecossistema da Serra do Bussaco e do património hídrico e natural do Luso, onde nasce a Água de Luso. Aumentar o interesse da sociedade civil pela protecção do ambiente, bem como contribuir para iniciativas de conservação da biodiversidade são mais dois objectivos que a Fundação Luso e a Quercus se propõem alcançar com este projecto.

Segundo o Presidente da Fundação Luso, Nuno Pinto Magalhães, “Sendo a ÁGUA DE LUSO a marca preferida dos portugueses pela sua qualidade, leveza, saúde e naturalidade, faz todo o sentido retribuir e proteger um dos mais importantes patrimónios naturais deste País – a região do Bussaco. O selo alusivo à “Reflorestação do Bussaco” será um instrumento adequado para comunicar esta parceria.”

Para a Quercus, “É fundamental o envolvimento da comunidade e de novos stakeholders no apoio à conservação da Serra do Bussaco. O lançamento do selo ambiental assinala a intervenção em 24 hectares do Perímetro Florestal da Serra do Bussaco e diversas iniciativas de apoio e

conservação da natureza e da biodiversidade. Muito haverá ainda por fazer e iremos, juntamente com a Fundação Luso, continuar a trabalhar neste projecto sólido e de grande impacto para Portugal.”

A Fundação Luso e a Quercus uniram-se para mostrar como é possível cuidar e proteger o património hídrico e natural do Luso. Entre 2013 e 2016, com o apoio da comunidade e com a colaboração activa do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF, foram plantadas e mantidas, no Perímetro Florestal da Serra do Bussaco, cerca de 30.000 árvores e arbustos autóctones.

Ponto de situação do SIGRE – Março de 2017

Por precaução, atendendo à actual situação do SIGRE, é aconselhável que, por enquanto, não haja divulgação de dados.

Caso pretenda alguma informação, por favor, contacte directamente a Embopar.

Obrigado